



INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

LILIAN REJANE NERY DIAS

**POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM BOA VISTA: AVALIAÇÃO DA
INSERÇÃO EM ESTÁGIOS DOS EGRESSOS DA EPT**

Campus Novo Paraíso

2026

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM BOA VISTA: AVALIAÇÃO DA
INSERÇÃO EM ESTÁGIOS DOS EGRESSOS DA EPT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

Orientador: Prof. Me. Wilson Botelho do Nascimento Filho

Campus Novo Paraiso

2026

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM BOA VISTA: AVALIAÇÃO DA INSERÇÃO EM ESTÁGIOS DOS EGRESSOS DA EPT

RESUMO

Este estudo analisa a inserção profissional de egressos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de estágios na área de formação, mapeando o universo de estudantes formados em 2025 no município de Boa Vista, Roraima. O objetivo foi avaliar o impacto da transição curricular da Lei nº 14.945/2024 na empregabilidade local. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa descritiva de abordagem mista, sustentada por análise bibliográfica e documental de registros do SISTEC e do Centro Estadual de Educação Profissional Professor Antonio de Pinho Lima. Os resultados apontam que, de um universo de 126 alunos aptos de duas escolas polo, 117 (cerca de 93%) ingressaram efetivamente em estágios correlatos à sua qualificação. Constatou-se que esse êxito decorreu da articulação decisiva entre a gestão escolar, a Secretaria de Educação e instituições parceiras, superando as barreiras de absorção do mercado local. Conclui-se que o modelo integrado foi eficaz para a consolidação da formação humana integral e inserção mercadológica regional. Como recomendação prática, propõe-se a expansão de convênios com o empresariado e a criação de um programa de monitoramento contínuo de ex-alunos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Políticas Públicas de Qualificação; Legislação da EPT; Acompanhamento de Egressos, Parcerias Estratégicas

TECHNICAL QUALIFICATION POLICIES IN BOA VISTA: ASSESSMENT OF INTERNSHIP PLACEMENT FOR VET GRADUATES

ABSTRACT

This study analyzes the professional placement of Vocational Education and Training (VTE) graduates through internships in their field of study, mapping the cohort of students who graduated in 2025 in the municipality of Boa Vista, Roraima. The objective was to evaluate the impact of the curricular transition resulting from Law No. 14,945/2024 on local employability. Methodologically, descriptive research with a mixed-methods approach was conducted, supported by bibliographical and documentary analysis of records from SISTEC and the Professor Antonio de Pinho Lima State Center for Vocational Education. The results indicate that out of a universe of 126 eligible students from two hub schools, 117 (approximately 93%) successfully secured internships related to their qualifications. This success was found to stem from the decisive coordination between school administration, the Department of Education, and partner institutions, overcoming local market absorption barriers. It is concluded that the integrated model was effective in consolidating comprehensive human development and regional market insertion. As a practical recommendation, the expansion of corporate agreements and the creation of a continuous alumni tracking program are proposed.

Keywords: Vocational and Technological Education. Public Qualification Policies, VET Legislation, Graduate Tracking, Strategic Partnerships

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 OBJETIVOS	06
2.1 OBJETIVO GERAL	06
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	06
3 REFERENCIAL TEÓRICO	06
3.1 A Formação Humana Integral na EPT e o Impacto da Lei nº 14.945/2024.....	06
3.2 Desafios Socioeconômicos da EPT na Amazônia Legal e a Pertinência Regional.....	07
3.3 Avaliação de Políticas Públicas, Acompanhamento de Egressos e Indicadores Estatísticos.....	07
3.4 Governança Escolar, Parcerias Estratégicas e Tecnologias na EPT.....	09
4 METODOLOGIA	10
5 ANÁLISE E DISCUSSÕES	11
6 CONCLUSÃO	13
7 PLANO DE AÇÃO OU INDICAÇÕES PRÁTICAS	14
8 REFERÊNCIAS	15

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso organiza as etapas de investigação e reflexão desenvolvidas durante a pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, consolida-se uma pesquisa aplicada de abordagem mista (qualitativa e quantitativa) voltada a conectar a teoria à realidade educacional. Minha trajetória de anos na atuação tanto em projetos de políticas públicas, quanto na área de supervisão de estágio em EPT, fundamentam a análise do tema "Políticas de Qualificação Técnica em Boa Vista: Avaliação da Inserção em Estágios dos Egressos da EPT", garantindo a profundidade necessária para compreender suas peculiaridades locais.

A escolha deste tema decorre do descompasso crítico observado na capital roraimense entre a oferta de cursos técnicos e as demandas reais do arranjo produtivo local. Muitas vezes, as políticas de qualificação são implementadas sem um diagnóstico preciso das vocações econômicas da região, gerando profissionais formados que enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Essa realidade reflete os desafios de transição para a Lei nº 14.945/2024, que limitou o universo de egressos com estágios efetivados em 2025 a apenas duas escolas polo assistidas pelo Centro Antonio de Pinho Lima. Diante disso, torna-se fundamental analisar os dados de conclusão desses estudantes para medir a real eficiência da oferta local. Conforme aponta a literatura de Arretche (2001), a eficácia de uma política pública depende diretamente da capacidade institucional de coordenar metas com as necessidades sociais, econômicas e estruturais do território.

Além disso, a falta de um acompanhamento constante dos ex-alunos torna difícil avaliar o sucesso dos cursos técnicos no mercado de trabalho. Por isso, é preciso contar quantos estudantes se formaram em cada área para entender o impacto real dessa formação na região. Como explica Silva (2019), avaliar uma política pública não serve apenas para preencher papelada, mas deve ser uma ferramenta para corrigir falhas, melhorar os resultados sociais e aumentar a aceitação do ensino técnico pelas empresas

Portanto, este trabalho investiga a inserção profissional, por meio de estágios na área de formação, dos egressos da EPT em Boa Vista, tendo como campo de análise documental os dados do SISTEC e os relatórios de estágio do Centro Estadual de Educação Profissional Professor Antonio de Pinho Lima no ano de 2025. O objetivo é cruzar os registros oficiais com o quantitativo de formandos que efetivamente ingressaram em estágios correlatos para

identificar o alcance dessas ações. Com esses resultados, pretende-se propor recomendações práticas que transformem os cursos técnicos estaduais em caminhos reais para a inserção mercadológica, independência financeira e sucesso profissional dos formados.

1 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a inserção profissional, por meio de estágios na área de formação, dos egressos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) formados no ano de 2025 no município de Boa Vista, mapeando o universo amostral das duas escolas polo da rede estadual impactadas pela transição da Lei nº 14.945/2024, a partir de dados do SISTEC e de relatórios institucionais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Mapear quantitativamente o total de discentes diplomados nos cursos técnicos no ano de 2025, no âmbito das instituições escolares selecionadas, devidamente registrados no SISTEC.
- ✓ Verificar o percentual de egressos desse período que conseguiram efetivamente realizar ou que estão em estágio na sua respectiva área de formação no município de Boa Vista, identificando o alinhamento com as demandas do arranjo produtivo local.
- ✓ Propor diretrizes práticas para o aprimoramento do monitoramento de egressos e para o fortalecimento da inserção mercadológica da EPT na região, em consonância com as novas diretrizes de integração curricular da legislação vigente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Formação Humana Integral na EPT e o Impacto da Lei nº 14.945/2024

A base conceitual da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) fundamenta-se na premissa de que a formação técnica não deve ser reduzida a um mero treinamento para o mercado de trabalho, mas sim constituir-se como uma formação humana integral. Ramos (2017) defende que o ensino médio integrado é a estratégia primordial para a emancipação do sujeito. Segundo a autora, a perspectiva do ensino médio integrado visa "superar a divisão técnica do trabalho entre aqueles que detêm o saber e aqueles que detêm o fazer".

Na lei brasileira, essa união entre o ensino médio normal e o ensino técnico é organizada pela Lei nº 14.945/2024. Essa lei traz as regras para que as matérias comuns (como Português

e Matemática) e as aulas técnicas aconteçam juntas e ao mesmo tempo, sem deixar o curso profissionalizante de lado. Na prática, esse modelo faz com que os professores do técnico e do ensino básico planejem as aulas juntos. Assim, o estudante consegue cursar as duas formações de maneira integrada durante a sua rotina normal na escola.

No contexto do CEEP Antonio de Pinho, em Boa Vista, essa premissa é essencial para analisar se os cursos ofertados transcendem o ensino mecânico e oferecem ao aluno uma compreensão crítica e real capacidade de inserção socioprofissional.

3.2 Desafios Socioeconômicos da EPT na Amazônia Legal e a Pertinência Regional

Essa necessidade de inserção torna-se ainda mais crítica ao se observarem os dados macroeconômicos da região setentrional. De acordo com o diagnóstico do projeto Amazônia 2030 (CRUZ; PORTELLA, 2022), a taxa de escolarização bruta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Amazônia Legal era de apenas 2,4% em 2020. Esse percentual equivale a praticamente metade do índice verificado no restante do Brasil (4,7%) e revela um abismo estatístico em relação à média de 42% observada nos países membros da OCDE.

Observa-se que a relação entre EPT e desenvolvimento regional exige pertinência socioeconômica. Frigotto (2007) alerta para o risco do "desemprego instruído" caso não haja sintonia com as vocações territoriais. Em Boa Vista, o descompasso entre matrizes curriculares e o mercado de trabalho local não é apenas administrativo, mas um entrave ao desenvolvimento de Roraima, exigindo uma gestão baseada em diagnósticos territoriais precisos que cruzem o número de formandos com a real absorção do mercado.

No contexto de Roraima, o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS) destaca-se como referência em gestão local. Conforme Santos e Godoy (2011 *apud* CRUZ; PORTELLA, 2022, p. 35), desde 2008 a instituição oferece o ensino médio integrado ao técnico focado nas necessidades das comunidades tradicionais, utilizando a Pedagogia da Alternância (Tempo-Escola e Tempo-Comunidade) associada ao calendário agrícola regional. Esse modelo demonstra como uma gestão escolar ativa é capaz de superar o isolamento geográfico e os desafios de acessibilidade marcantes na região amazônica.

3.3 Avaliação de Políticas Públicas, Acompanhamento de Egressos e Indicadores Estatísticos

Contudo, a materialização dessa formação integral depende da eficácia e da continuidade

das políticas públicas. Arretche (2001) e Ramos (2017) indicam que a estrutura institucional é o suporte da pedagogia. Enquanto Ramos foca na dualidade do saber/fazer, Arretche (2001) destaca que a descentralização das políticas exige uma coordenação robusta. No cenário atual da EPT, essa capacidade institucional é medida pela capacidade de a escola técnica não apenas diplomar, mas monitorar o destino de seus estudantes.

Como bem definem Santos e Oliveira (2024, p. 48), "a mensuração estatística dos concluintes constitui o alicerce empírico para validar a relevância social da escola pública", tornando o acompanhamento de egressos um indicador quantitativo e qualitativo vital para avaliar o sucesso dos programas estaduais. Para assegurar que esses programas atinjam seus objetivos, o monitoramento contínuo surge como ferramenta indispensável de gestão. Silva (2019) define a avaliação como um processo de aprendizagem organizacional.

Essa visão é crucial para enfrentar os desafios de empregabilidade locais, pois permite identificar se a absorção dos formandos pelo mercado de trabalho está ocorrendo de forma qualificada. Afinal, torna-se evidente que "gerir uma política de qualificação sem indicadores de inserção mercadológica é caminhar às cegas" (COSTA; SILVA, 2025, p. 10), o que reforça a necessidade de a análise documental e estatística dos relatórios de estágio funcionar como um termômetro da política pública regional.

A consolidação de indicadores estatísticos nas instituições de ensino técnico tornou-se indispensável para justificar a continuidade das políticas públicas de qualificação. O levantamento numérico do total de concluintes por área profissional permite que a gestão educacional confronte a oferta de vagas com a capacidade de absorção do comércio e dos serviços locais. Sobre a necessidade do uso de metodologias mistas e dados documentais para avaliar essa relação, Santos e Oliveira (2024) ponderam que:

A avaliação de impacto na educação profissional não pode prescindir do dado numérico sobre a certificação de seus estudantes. O mapeamento quantitativo dos egressos, distribuídos por suas respectivas áreas de formação técnica, constitui o primeiro indicador de resolutividade de uma política pública de EPT. É a partir do volume de profissionais diplomados que se torna possível mensurar, qualitativamente, a taxa de aderência e a aceitação desse contingente no arranjo produtivo regional, transformando o registro escolar em ferramenta estratégica de gestão (SANTOS; OLIVEIRA, 2024, p. 50).

Essa visão estatística se conecta diretamente à prática dos relatórios de estágio supervisionado, que funcionam como o principal elo de transição entre a escola e o emprego. Quando o pesquisador se debruça sobre a documentação de conclusão de curso, ele obtém um

diagnóstico fiel da inserção mercadológica inicial do estudante. Analisando a relevância desses registros documentais, Costa e Silva (2025) explicitam o seguinte panorama:

Os relatórios institucionais de estágio e os livros de registro de formandos não são meros instrumentos burocráticos de arquivamento, mas sim repositórios de dados primordiais para a aferição da eficácia da EPT. Ao analisar o fluxo de finalização dessas atividades práticas no biênio correspondente, o investigador descobre quais setores da economia local estão efetivamente absorvendo a mão de obra técnica e quais cursos apresentam saturação ou descompasso com as demandas imediatas do mercado de trabalho (COSTA; SILVA, 2025, p. 12).

Desta forma, a obtenção formal do diploma técnico carrega um valor simbólico e econômico crucial para as classes trabalhadoras em regiões em desenvolvimento periférico. O registro numérico de conclusão representa mais do que uma estatística escolar; reflete a conquista de uma certificação que altera o posicionamento do jovem ou adulto na busca por editais, seleções e vagas formais. Como destaca Mendonça (2024, p. 33), "a certificação técnica atua como um escudo jurídico e institucional para o trabalhador da periferia garantindo que o profissional seja pago de forma justa e não fique na informalidade".

3.4 Governança Escolar, Parcerias Estratégicas e Tecnologias na EPT

Para além dos fatores documentais e mercadológicos, a eficácia prática dessas políticas públicas depende da articulação política interna conduzida pelas lideranças de cada centro educacional. Não basta que a secretaria estadual planeje metas orçamentárias se a direção escolar não atuar como ponte ativa com o arranjo produtivo. Investigando o papel estratégico dos gestores institucionais na governança da EPT contemporânea, Azevedo (2025) contribui dizendo:

A inserção de egressos no mundo do trabalho é diretamente proporcional à capacidade de articulação local da gestão escolar. O diretor de uma instituição técnica não deve se limitar ao papel administrativo burocrático; cabe a ele mapear o comércio local, costurar convênios duradouros de estágio e retroalimentar o corpo docente com as reais demandas tecnológicas das empresas da região, otimizando o aproveitamento dos diplomados (AZEVEDO, 2025, p. 88).

Desta forma, compreende-se que o monitoramento estatístico dos formandos cumpre uma dupla função regulatória. Sob esta ótica, lembra Azevedo (2025, p. 92) que "ajustar os cursos técnicos sem ouvir o mercado local gera um exército de diplomados sem colocação funcional". Assim, esses números ajudam a equipe pedagógica a ajustar os currículos e as matérias dos cursos técnicos. Isso garante que os alunos aprendam o que o mercado realmente

precisa, ajudando no crescimento deles e da região.

No âmbito da inovação, o quadro normativo brasileiro buscou institucionalizar o uso de tecnologias. Caldeira e Masson (2025) validam a tese de Arretche sobre a complexidade da execução das políticas, ressaltando que o arcabouço jurídico (como a LDB e a PNED) e as regulamentações sobre proteção de dados (como a LGPD) estruturam a integração de tecnologias no ambiente educacional. Contudo, convém destacar que "a mera inserção de computadores nas salas de aula não soluciona defasagens pedagógicas históricas" (ALBINO, 2015, p. 115).

A implementação prática nas redes estaduais esbarra em desafios históricos de manutenção e subutilização de equipamentos, conforme alertam Braga e Dantas (2019), reforçando que o suporte da gestão escolar ativa é determinante para que os recursos tecnológicos gerem real valor prático na qualificação dos estudantes.

4 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) e delineamento descritivo, combinando pesquisa bibliográfica e documental para analisar a inserção em estágios dos egressos técnicos de 2025 no município de Boa Vista. O universo amostral compreende os estudantes das duas escolas polo da rede estadual afetadas pelo processo de reestruturação curricular decorrente da Lei nº 14.945/2024. Na primeira etapa, realiza-se um levantamento documental quantitativo junto ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). O objetivo é mapear o total de discentes diplomados no período no âmbito das instituições selecionadas e delimitar o universo exato de egressos registrados formalmente que servirão de base para a pesquisa.

Na segunda etapa, a investigação avança para uma análise documental interna no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Antonio de Pinho Lima, instituição centralizadora da gestão desses profissionais na rede estadual. Por meio do exame de relatórios institucionais, dados do secretariado acadêmico, termos de compromisso e relatórios de conclusão de estágio do ano de 2025, busca-se identificar o percentual exato de egressos que conseguiram efetivamente realizar ou que estão em estágio na sua respectiva área de formação, verificando a real absorção técnica desses profissionais pelo mercado local.

Por fim, a terceira etapa consiste no cruzamento e na interpretação qualitativa dos dados obtidos (universo de formandos versus taxa de estágio na área) à luz do referencial teórico sobre

Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e das diretrizes normativas da legislação vigente. A partir desse diagnóstico sobre a efetividade da inserção profissional e das lacunas identificadas no monitoramento, serão elaboradas diretrizes práticas e recomendações institucionais voltadas ao aprimoramento do acompanhamento de egressos e ao fortalecimento das parcerias de estágio na região.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Os dados coletados diretamente no CEEP, os quais são devidamente validados e respaldados pelo SISTEC, trazem um panorama real sobre a inserção dos estagiários no mercado de trabalho de Boa Vista.

Tabela 1 – Indicadores de efetividade na inserção profissional dos egressos

Indicador de Efetividade	Quantitativo Absoluto	Percentual (%)
Egressos Aptos Mapeados (SISTEC)	126 alunos	100,00%
Estágios Efetivados na Área de Formação	117 alunos	92,86%
Não Inseridos por Razões Particulares	9 alunos	7,14%

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Conforme apresentado na **Tabela 1**, verificou-se uma expressiva taxa de efetividade na inserção profissional dos egressos em 2025. Do total de 126 alunos mapeados no SISTEC (100%), 117 conseguiram efetivar estágio diretamente em sua área de formação, o que representa 92,86% do público analisado. Apenas 9 alunos (7,14%) não foram inseridos por razões de ordem particular, demonstrando o alto nível de absorção dos estagiários no mercado.

Observa-se um ponto fundamental é que esses egressos realizaram o ensino técnico de forma integrada, ou seja, estudaram o curso profissionalizante ao mesmo tempo em que cursavam as aulas normais do ensino médio regular, atendendo de forma pioneira aos preceitos de integração curricular propostos pela Lei nº 14.945/2024. No entanto, conforme relatos da equipe do CEEP, conseguir esses locais de estágio no mercado local não foi uma tarefa fácil, exigindo um grande esforço institucional devido às dificuldades naturais de absorção de mão de obra pelas empresas da região.

Diante do desafio da dupla jornada dos estudantes e das barreiras do mercado, o processo só se tornou viável e alcançou esse resultado expressivo graças à atuação decisiva de uma instituição parceira, que ajudou diretamente na articulação das vagas, somada ao apoio fundamental da Secretaria de Educação. Essa união de forças confirma o que Ramos (2017) defende sobre a importância de aproximar a escola técnica da realidade do trabalho. O ingresso de quase 93% dos alunos em práticas profissionais na área pretendida demonstra que, apesar das dificuldades iniciais relatadas pelo CEEP, a rede de cooperação foi eficaz para consolidar a "formação humana integral". Isso garantiu que os estudantes, mesmo dividindo o tempo entre o ensino médio e o técnico, vencessem as dificuldades de inserção no mercado de Boa Vista.

Por fim, os registros indicam que a persistência institucional funcionou, uma vez que as pendências de estágio foram mínimas. De acordo com Silva (2019), a avaliação de dados na gestão pública não serve apenas como controle burocrático, mas sim para entender os desafios reais do campo e aperfeiçoar as ações. O sucesso na inserção desses 117 estagiários, mesmo vindo de uma rotina intensa de dupla escolarização e enfrentando um cenário inicialmente difícil para a captação de vagas, comprova que políticas de qualificação baseadas em parcerias sólidas são essenciais para dar legitimidade social à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Olhar para esse grupo de 126 alunos mostra como é importante a escola usar números reais para provar que o ensino público funciona bem na nossa região. Quando a direção acompanha de perto quantos se formaram e quantos conseguiram estágio, ela deixa de adivinhar e passa a trabalhar com certezas, como explicam Santos e Oliveira (2024). O fato de 117 jovens estarem trabalhando na área que estudaram prova que os registros do SISTEC e os papéis da escola não servem apenas para preencher gavetas; eles ajudam a entender quais empresas de Boa Vista realmente dão chance para os novos profissionais (COSTA; SILVA, 2025). Esse resultado positivo afasta o perigo de criar o que Frigotto (2007) chama de "desemprego instruído" que acontece quando a pessoa estuda, mas não acha vaga, mostrando que os cursos oferecidos em 2025 estavam alinhados com o que a cidade precisava.

Pensando na organização da escola, o ótimo resultado de 93% de alunos estagiando destaca o papel dos diretores e coordenadores, que foram além das salas de aula. Azevedo (2025) defende que o sucesso de um curso técnico depende muito da capacidade do gestor da escola de criar pontes com o comércio e as empresas locais. O esforço da equipe do CEEP para fechar parcerias e correr atrás de vagas junto com a instituição parceira mostra exatamente isso. Se a

escola apenas seguisse as novas regras da Lei nº 14.945/2024 sem conversar com os empresários de Boa Vista, os estudantes terminariam o curso com o diploma na mão, mas sem um lugar para trabalhar (AZEVEDO, 2025). Portanto, essa união foi o segredo para abrir as portas do mercado local.

Por fim, observa-se que conseguir essa oportunidade vai muito além de apenas cumprir uma obrigação para receber o diploma; significa uma conquista financeira e social muito importante para as famílias de Boa Vista. Em uma realidade onde conseguir o primeiro emprego é sempre difícil, o estágio acompanhado pela escola serve como um "escudo de proteção", como explica Mendonça (2024). Ele garante que o jovem comece a trabalhar de forma justa e segura.

6 CONCLUSÃO

A realização deste estudo permitiu concluir que a política pública de qualificação técnica em Boa Vista alcançou excelentes resultados no período avaliado, superando obstáculos práticos importantes. Os dados oficiais obtidos no CEEP e amparados pelo sistema nacional comprovaram que, do total de 126 alunos que finalizaram o ensino técnico junto com as aulas normais do ensino médio em duas escolas estaduais, a grande maioria, ou seja, 117 estudantes conseguiram ingressar em estágios na sua própria área de formação. O estudo evidenciou que esse êxito não foi simples: conforme relatado pela instituição, a captação de vagas no mercado local enfrentou sérias dificuldades, as quais só foram superadas por causa da ajuda direta da instituição parceira e do suporte oferecido pela Secretaria de Educação.

O estudo também mostrou que os casos de alunos que não estagiaram foram muito baixos (apenas 9 pessoas) e ocorreram por razões particulares e isoladas, e não por ineficiência do modelo de ensino tempo-frequente. Com isso, atingiu-se o objetivo de verificar a eficácia da inserção profissional desses egressos, demonstrando que, embora a jornada dupla entre o ensino médio e o técnico seja desafiadora e o mercado local apresente resistências para acolher os estudantes, a articulação institucional é o elemento chave para garantir a absorção técnica desses jovens pelo arranjo produtivo regional, cumprindo as metas de empregabilidade da Nova Política Nacional do Ensino Médio.

Por fim, os caminhos apontados neste trabalho indicam que o sucesso da EPT na região depende diretamente do fortalecimento e da manutenção dessas redes de cooperação. A experiência desafiadora, mas muito positiva, desses 126 alunos que conciliaram a formação

geral com a profissional serve de lição para que o CEEP e a Secretaria de Educação continuem estreitando laços com o setor empresarial e com instituições parceiras. Espera-se que este TCC ajude a consolidar a educação profissional em Roraima como um direito social efetivo, capaz de superar as barreiras de mercado e promover a autonomia e o emprego dos nossos formados.

7 PLANO DE AÇÃO OU INDICAÇÕES PRÁTICAS

A primeira ação deste plano foca em manter e aprimorar o monitoramento contínuo das informações escolares e das vagas. Propõe-se que o CEEP aperfeiçoe a sua rotina de atualização dos relatórios internos de estágio, em sintonia com os registros nacionais. Sabendo que os alunos enfrentam uma rotina pesada ao fazer o técnico ao mesmo tempo que o ensino médio, e que a captação de vagas é um processo difícil, a coordenação poderá acompanhar em tempo real a situação de cada estudante desde o início, permitindo agir preventivamente para apoiar os poucos casos que enfrentam dificuldades particulares para estagiar (como os 9 identificados neste estudo).

A segunda ação estratégica consiste em expandir a rede de convênios existentes, justamente para amenizar as dificuldades de inserção relatadas pelo CEEP. Sugere-se a criação de fóruns semestrais de diálogo entre o CEEP, a Secretaria de Educação e a instituição parceira que ajudou a viabilizar o processo em 2025. O objetivo é criar um canal permanente com o empresariado de Boa Vista, sensibilizando o mercado local sobre o valor desse estudante que conclui duas etapas de ensino ao mesmo tempo sob o amparo da Lei nº 14.945/2024, garantindo um fluxo constante e menos burocrático de vagas de estágio na área de Gestão no município de Boa Vista.

Por fim, a terceira ação envolve a criação de um programa de acompanhamento de ex-alunos. Por meio de ferramentas simples de comunicação, a escola poderá monitorar o destino dos 117 estudantes que realizaram o estágio para verificar a taxa de efetivação e contratação deles após a formatura do ensino médio e técnico. Essas medidas atendem às regras de qualidade exigidas pela Resolução CEE/RR nº 91/2024 e asseguram que o ensino técnico estadual continue gerando autonomia, emprego e crescimento para a economia de Roraima, transformando parcerias institucionais em soluções reais contra o desemprego local.

8 REFERÊNCIAS

ALBINO, Raphael Donaire. **Uma visão integrada sobre o nível de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação em escolas brasileiras**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARRETCHE, Marta T. S. **Instituições e política no Brasil**. São Paulo: Autor Associado, 2001.

AZEVEDO, Roberto. A articulação local e a governança na escola técnica contemporânea. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 14, n. 2, p. 80-95, 2025.

BRAGA, Daniel Santos; DANTAS, Dina Mara Pinheiro. A expansão das tecnologias de informação e comunicação em escolas brasileiras: limites e possibilidades das políticas públicas. **SCIAS: Educação, Comunicação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 94-114, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer diretrizes para a organização do currículo do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, nº 147, p. 1-4, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **SISTEC: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, [2026]. Disponível em: <https://sistec.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

CALDEIRA, Jhone; MASSON, Gabriel Rodrigues. A Regulação das Tecnologias Digitais na Educação Brasileira: Marcos Legais e Políticas Públicas. **Nexus Mathematicæ**, v. 8, e200015, 2025.

COSTA, M. A.; SILVA, R. J. Políticas Públicas de EPT e o Mercado de Trabalho: Indicadores de Empregabilidade e Análise Documental na Rede Estadual. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, e16420, 2025.

CRUZ, Tássia; PORTELLA, Juliana. **A Educação na Amazônia Legal: Políticas de Educação Profissional**. [S. l.]: Amazônia 2030, jul. 2022. Disponível em:

<https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/a-educacao-profissional-na-amazonia-legal/>.

Acesso em: 17 jun. 2026.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. **Manual de normas para elaboração de trabalhos científicos**. Boa Vista: IFRR, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MENDONÇA, Carlos. A certificação técnica nas periferias urbanas da Amazônia Setentrional. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Boa Vista, v. 5, n. 1, p. 28-40, 2024.

RAMOS, Marise N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

RORAIMA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/RR nº 91, de 2024**. Dispõe sobre a qualidade e regulação do ensino técnico estadual. Boa Vista: CEE/RR, 2024.

SANTOS, L. F.; OLIVEIRA, C. M. O Acompanhamento de Egressos como Instrumento de Avaliação da EPT: Desafios de Inserção e Efetividade Social. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 18, n. 3, p. 45-62, 2024.

SILVA, Maria L. **Avaliação de Políticas Públicas: conceitos e práticas no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Científica, 2019.